



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Resolução 42/2023 - CONSUP/IFRN

18 de agosto de 2023

*Aprova o Regulamento de Estágio de Pós-Doutorado no âmbito
deste Instituto Federal.*

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, faz saber que este Conselho, reunido ordinariamente, de forma híbrida, em 25 de novembro de 2022, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º do Estatuto do IFRN e,

CONSIDERANDO

o que consta no Processo nº [23421.003402.2022-24](#), de 9 de agosto de 2022;

R E S O L V E :

APROVAR, conforme a seguir, o Regulamento de Estágio de Pós-Doutorado no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Regulamento de Estágio Pós-Doutoral no Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DOS OBJETIVOS E DAS CONDIÇÕES

Art. 1º O Estágio Pós-Doutoral (EPD) realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) se constitui como um conjunto de atividades, por um prazo delimitado, relacionadas a projeto de pesquisa e/ou de inovação desenvolvido por pesquisador doutor, servidor ou não servidor do IFRN, sob a supervisão de um docente do IFRN credenciado a um programa de pós-graduação da instituição.

Art. 2º São objetivos do EPD no IFRN:

I - promover estudos por meio de projetos de pesquisa e/ou de desenvolvimento tecnológico e inovação no IFRN;

II - contribuir para a consolidação de Grupos de Pesquisa (GP) certificados pelo IFRN, Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPG), Cursos *Lato Sensu*, Equipamentos Culturais e/ou Ambientes de Inovação do IFRN;

III - estimular a produção intelectual (acadêmico-científica, técnica e/ou artística-cultural), bem como o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de propriedade intelectual do IFRN.

Art. 3º As atividades de EPD deverão ser realizadas no IFRN, em regime parcial ou integral, em um período mínimo de seis

meses e máximo de um ano, com possibilidade de prorrogação desde que apresente justificativa no relatório e que não exceda o período máximo de cinco anos, observadas as exigências do financiador em caso de existência de bolsa (Portaria n. 86, de 3 de julho de 2013-GAB/CAPES).

§ 1º As atividades de EPD em regime parcial deverão ser desenvolvidas em um tempo mínimo de dedicação de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º Um período menor do que seis meses não configura um EPD.

Art. 4º São admitidas as seguintes modalidades de EPD:

I - com bolsa de pós-doutorado ou equivalente, financiada por instituição ou agência de fomento, para pesquisador doutor que não tenha qualquer vínculo empregatício;

II - com bolsa de pós-doutorado ou equivalente, financiada por instituição ou agência de fomento, para pesquisador doutor com vínculo empregatício desde que tenha afastamento integral de suas atividades;

III - sem bolsa, para pesquisador doutor com ou sem vínculo empregatício.

§ 1º O EPD não configura vínculo empregatício ou funcional, não gerando direitos ou obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins, conforme consta do Termo de Compromisso de Pós-Doutorado – TCPD (Anexo I).

§ 2º O EPD com bolsa deverá ser realizado em regime obrigatoriamente integral e de dedicação exclusiva, salvo os casos previstos e autorizados pelo órgão financiador da bolsa, tais como a atuação como professor substituto ou outras de caráter eventual.

§ 3º Caso o pesquisador doutor tenha vínculo empregatício em tempo integral, para a realização do EPD com ou sem bolsa, deverá apresentar anuência do representante legal ou empregador da instituição em que atua para o desenvolvimento do projeto de EPD, por meio do Termo de Ciência da Instituição de Origem – TCIE (Anexo II).

Art. 5º O EPD será realizado por pesquisador doutor servidor ou não servidor do IFRN, por meio de projeto de pesquisa e/ou de desenvolvimento tecnológico e inovação, que deve reunir as seguintes condições:

I - possuir o título de doutor, quando da implementação da bolsa, obtido em cursos avaliados pela CAPES e reconhecidos pelo CNE/MEC. Em caso de diploma obtido em instituição estrangeira, este deverá ser analisado pelo Programa de Pós-Graduação, seguindo os critérios de reconhecimento de diplomas com tramitação simplificada (Resolução n. 58/2022-CONSUP/IFRN);

II - ter produção intelectual (acadêmico-científica, técnica e/ou artística-cultural) qualificada relacionada à área do projeto de EPD;

III - não ser cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, do supervisor de pós-doutorado.

Art. 6º O EPD deverá ser supervisionado por servidor do IFRN, que deve reunir as seguintes condições:

I - estar em exercício no IFRN há mais de um ano;

II - possuir o título de doutor há mais de três anos;

III - possuir, no mínimo, duas orientações concluídas de estudantes de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

IV - ser pesquisador integrante de GP certificado pelo IFRN ;

V - ser docente credenciado em PPG do IFRN;

VI - ter produção intelectual (acadêmico-científica, técnica e/ou artística-cultural) qualificada relacionada à área do projeto de EPD;

VII - ter experiência em orientação de projetos de pesquisa e/ou de desenvolvimento tecnológico e inovação;

VIII - não ser cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, do pesquisador de pós-doutorado.

Parágrafo único. Em casos excepcionais em que o supervisor não possa continuar a supervisão do projeto, deverá ser indicado

um substituto que reúna as mesmas condições exigidas no caput deste artigo para a finalização do EPD, em acordo com o pesquisador de pós-doutorado.

Art. 7º Para o desenvolvimento de EPD no IFRN, é condição:

I - a existência de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto;

II - a integração do pesquisador de pós-doutorado no GP e/ou no PPG.

CAPÍTULO II

DA FORMALIZAÇÃO

Art. 8º O processo de formalização do EPD no IFRN poderá se dar por interesse:

I - de docente de PPG do IFRN;

II - de PPG, por meio de processo seletivo público para seleção de pesquisador de pós-doutorado.

Art. 9º A formalização do EPD se dará por meio de processo eletrônico normatizado por instrução normativa, documento orientador análogo emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) ou pelo PPG, e deve considerar, além da existência de infraestrutura física, tecnológica e/ou de pessoal para o desenvolvimento do projeto de pós-doutorado:

I - projeto de pesquisa e/ou de inovação que contenha justificativa, referencial teórico, metodologia, resultados e produções esperados, cronograma compatível com os objetivos, período de tempo e carga horária semanal definidos pelo supervisor e pelo pesquisador de pós-doutorado, e referências, plano de trabalho (ANEXO III);

II - currículo do supervisor de pós-doutorado, cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes do CNPq, com produção intelectual (acadêmico-científica, técnica e/ou artística-cultural) relacionada à área do projeto;

III - currículo do pesquisador de pós-doutorado, cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes do CNPq, com produção intelectual (acadêmico-científica, técnica e/ou artística-cultural) relacionada à área do projeto;

IV - diploma de doutorado do pesquisador de pós-doutorado expedido por instituição com Programa De Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecido pela CAPES e CNE/MEC ou, em caso de diploma obtido em instituição estrangeira, este deverá ser analisado pelo Programa de Pós-Graduação;

V - Termo de Compromisso de Pós-Doutorado – TCPD (Anexo I);

VI - Termo de Ciência da Instituição de Origem – TCIE (Anexo II), se necessário.

Art. 10. O início do EPD se dará apenas após a análise do processo e aprovação pelo Colegiado do PPG ao qual o supervisor estiver vinculado.

Art. 11. Durante o período de realização do EPD, o pesquisador ficará vinculado ao *campus* do IFRN por meio de registro especial a ser realizado pela Coordenação do PPG, PROPI ou setor equivalente do *campus*, de forma a viabilizar seu acesso à infraestrutura necessária ao desenvolvimento do projeto.

CAPÍTULO III

DA DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO

Art. 12. Ao término do EPD, o pesquisador deverá, em até 30 (trinta) dias, encaminhar um relatório contendo:

I - resumo das atividades realizadas no período, as produções acadêmico-científicas, técnicas e/ou artístico-culturais decorrentes do projeto;

II - parecer do supervisor de pós-doutorado.

Parágrafo único. O relatório deverá ser apresentado para prorrogação da vigência da bolsa do EPD e homologado pelo colegiado do PPG ou pela PROPI. Cada período de relatório corresponderá a um estágio.

Art. 13. O supervisor deverá anexar o relatório do pesquisador de pós-doutorado ao processo eletrônico e apresentá-lo ao Colegiado do PPG ou à PROPI (dependendo da origem do EPD de acordo com o artigo 10), que avaliarão o relatório e emitirão parecer.

§ 1º Após a homologação do parecer do relatório do EPD, o pesquisador fará jus a uma declaração de conclusão emitida pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação ou pela PROPI dentro do processo eletrônico, no qual constará o título do projeto de pós-doutorado, o local de realização, os nomes do pesquisador e do supervisor, o período e o número total de horas de atividades realizadas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O pesquisador de pós-doutorado poderá atuar em atividades de ensino, desde que:

I - elas sejam de responsabilidade de seu supervisor, formalmente registrada no sistema acadêmico;

II - elas não excedam 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária da disciplina sem a presença de seu supervisor;

III - tenham anuência da coordenação ou do Colegiado de curso.

Art. 15. Em todas as produções decorrentes do projeto de pós-doutorado com resultados obtidos durante o período do EPD, deverá ser mencionado o vínculo do pesquisador com o IFRN, constando os autores que efetivamente trabalharam na pesquisa, bem como instituições e órgãos de fomento quando for o caso.

Art. 16. A produção decorrente das atividades do projeto de pós-doutorado passível de proteção intelectual deverá ser comunicada à PROPI para providências. As disposições sobre a propriedade intelectual serão analisadas caso a caso de acordo com a legislação em vigor, ouvindo-se as partes envolvidas e a PROPI conforme a Política de Inovação do IFRN.

Art. 17. Os casos justificados, tais como licenças médicas, entre outros, que impossibilitem a conclusão do EPD no prazo estipulado no projeto, deverão ser avaliados pelo Colegiado do PPG ou pela PROPI (dependendo da origem do EPD de acordo com o artigo 10).

Art. 18. Os casos omissos serão avaliados pelo Colegiado do PPG, que consultará, quando necessário, a Câmara de Pós-Graduação do Conselho de Pesquisa e Extensão (CONSEPEX) do IFRN, observada a legislação pertinente em vigor.

Art. 19. Este Regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Superior do IFRN.

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE PÓS-DOUTORADO (anexado em 18/08/2023 13:32:57)
- **Anexo #2.** ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM (anexado em 18/08/2023 13:33:48)
- **Anexo #3.** ANEXO III - PROJETO DE PÓS-DOUTORADO (anexado em 18/08/2023 13:34:35)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jose Arnobio de Araujo Filho, Reitor** - CD0001 - RE, em 18/08/2023 14:05:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 522148

Código de Autenticação: c8346631a7



ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO DE PÓS-DOCTORADO – TCPD

Eu, _____, de nacionalidade _____, documento de identificação nº _____, CPF nº _____, residente em _____,

declaro estar ciente do Regulamento Geral de Estágio Pós-Doutoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), comprometendo-me a atuar como pesquisador(a) de pós-doutorado de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

- I prestar serviço voluntário com bolsa ()/sem bolsa (), de acordo com as atividades previstas em projeto de pós-doutorado aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação (PPG) ou pelo Comitê de Pesquisa e Inovação (COPI) ou comissão equivalente do *campus* do IFRN para o desenvolvimento de Estágio Pós-Doutoral (EPD), exclusivamente relacionado ao Grupo de Pesquisa _____ e/ou Programa de Pós-Graduação em _____, do *Campus* _____, pelo prazo de _____ meses, cumprindo regime de _____ horas semanais;
- II desempenhar atividades que não gerarão vínculo empregatício ou funcional com o IFRN, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998;
- III não me candidatar a cargos de administração ou representação no âmbito do IFRN;
- IV manter as instalações e bens do IFRN em perfeito estado de emprego e conservação, e utilizá-las na forma compatível com sua destinação e características exclusivamente para os fins definidos no projeto;
- V observar e cumprir a legislação federal, e as normas e os regulamentos do IFRN, sob pena de suspensão das atividades por meio do cancelamento deste termo e do projeto de pós-doutorado, assegurando-me, em todos os casos, o direito a ampla defesa;
- VI dependendo da disponibilidade orçamentária, ter custeadas despesas que comprovadamente precisem ser realizadas no exercício de suas atividades, na forma de Lei, as quais deverão estar expressas e previamente autorizadas pelo colegiado do programa de pós-graduação.

RN, _____ de _____ de _____.

Pesquisador(a) de Pós-Doutorado

Supervisor(a) de Pós-Doutorado – IFRN

Documento Digitalizado Público

ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE PÓS-DOCTORADO

Assunto: ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE PÓS-DOCTORADO
Assinado por: -
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM – TCIE

O/A _____ (Empresa ou Instituição de Ensino), inscrito/a no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, representada legalmente por _____ (cargo de presidente, diretor, reitor ou equivalente), _____ (nome), documento de identificação nº _____, CPF nº _____, declara estar ciente e concordar com a participação de _____ (nome do pesquisador de pós-doutorado), pelo prazo de _____ meses, cumprindo regime de _____ horas semanais para desenvolvimento de seu projeto de pós-doutorado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Declara, ainda, estar ciente do Regulamento Geral do Estágio Pós-Doutoral do IFRN e que o pesquisador prestará serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

RN, _____ de _____ de _____.

Representante Legal / Empregador

Supervisor(a) de Pós-Doutorado – IFRN

Documento Digitalizado Público

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Assunto: ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Assinado por: -
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia

ANEXO III
Projeto de pós-doutorado

1. Proponente
2. Supervisor(a)
3. Programa de Pós-Graduação no IFRN:
4. Justificativa
5. Objetivos
6. Referencial teórico
7. Metodologia
8. Resultados
9. Produções esperadas
10. Cronograma
11. Referências
12. Plano de trabalho (poderá contemplar ações de ensino-pesquisa-extensão e em conformidade com as necessidades do PPG e respeitando os normativos internos e externos acerca do trabalho voluntário)

Documento Digitalizado Público

ANEXO III - PROJETO DE PÓS-DOUTORADO

Assunto: ANEXO III - PROJETO DE PÓS-DOUTORADO
Assinado por: -
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Mídia